



SESSÃO TEMÁTICA Nº 20 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

SOBRE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA E AGENDA DE PESQUISAS

Jessica Rani Ferreira de Sousa / PROPAD/UFPE
Leonardo Ferreira Batista / PROPAD/UFPE
Diogo Henrique Helal / FUNDAJ e PROPAD/UFPE

Resumo:

As reflexões e pesquisas sobre a implementação de políticas públicas têm ocorrido para além do debate polarizado entre as perspectivas *top-down* e *bottom-up*. Estudos em vários países sobre o tema têm buscado melhores formas de compreender as falhas e a própria realidade do processo de implementação de políticas públicas. A partir de uma revisão sistemática da literatura internacional sobre o tema, este artigo objetiva, por meio de uma análise bibliométrica, apontar a historiografia e as frentes de pesquisa sobre a temática, bem como analisar a autoria e as redes de cocitação de autores. Intenciona-se também realizar uma metanálise das publicações que compõem o portfólio teórico final (construído por meio do ano de publicação, número de citações e fator de impacto dos periódicos), discutindo as perspectivas e os modelos teóricos prevalentes, os resultados empíricos, bem como as lacunas de cada trabalho. Resultados apontam que temas como governança, desenvolvimento sustentável, *e-government*, *street-level bureaucracy* (burocracia de nível de rua), políticas de saúde e descentralização em todos os processos que envolvem as ações da administração pública trazem um cenário de pesquisas relevantes para teorizações e aplicações empíricas das discussões do campo. Por fim, apresenta-se uma agenda de pesquisa futura.

Palavras-chave: Implementação de políticas públicas. Administração Pública. Governança. *E-government*. *Street-level bureaucracy*.

INTRODUÇÃO

A implementação de uma política compreende o espaço temporal no qual seus resultados concretos são observáveis (SECCHI, 2010). Seminalmente, Pressman e Wildavsky (1973, p. 15) a descrevem como um “processo de interação entre uma gama de objetivos e as ações definidas para atingi-los”. Diferentes perspectivas tratam de modos diversos essa relação e suas distorções (LIMA; D’ASCENZI, 2019; MOTA, 2020).

O debate polarizado entre as perspectivas *top-down* e *bottom-up* desse processo abriu espaço para reflexões importantes sobre melhores formas de compreender tanto as falhas quanto a realidade do processo de implementação de políticas públicas (LOTTA et al. 2018; LOTTA, 2019), principalmente por meio de modelos que buscaram incorporar elementos alternativos e contornar os chamados vieses de implementação (MORAES SOBRINHO; HELAL, 2017).

Alguns desses modelos sintetizam elementos de ambas as abordagens, combinados com percepções de outras literaturas (SABATIER, 1986). Alguns incorporam elementos de distintas fases do ciclo de políticas públicas, como a formulação, atentando para a ambiguidade e o conflito inerentes a esta, como fatores determinantes da capacidade de provisão das ações a nível local (MATLAND, 1995); ou ressaltam os processos decisórios inerentes à implementação, a partir de coalizões (SABATIER, 1988).

Na literatura mais recente, estudos tentam avançar em direção às conexões das fases de implementação e avaliação de políticas (LIMA; DASCENZI, 2019); nas vicissitudes decorrentes de problemas não previstos na formulação e que se tornam obstáculos a serem contornados no momento da implementação (SILVA; MELO, 2000); ou na proposição de modelos de análise expandida pautados no dilema entre controle e discricionariedade de agentes implementadores (BONELLI et al. 2019).

Para uma melhor compreensão desse cenário, o objetivo deste artigo é analisar o percurso científico da implementação de políticas públicas e, a partir daí, apontar para a construção de uma agenda de pesquisa futura. Para tanto, fez-se uma revisão sistemática da literatura, sob recomendação PRISMA¹ (MOHER et al., 2009), com o intuito de estabelecer um panorama sobre a temática em análise. Um recorte de estudos da *Web of Science*, base mundial de alta confiabilidade (BAR-ILAN, 2008; DZIKOWSKI, 2018; ROSSETTO et al., 2018), subsidiam uma análise bibliométrica seguida de discussões metanalíticas sobre a temática em apreço.

¹ Recomendação acerca dos itens a serem considerados na construção de revisões sistemáticas e meta-análises (MOHER et al., 2009).

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Dentro da abordagem *top-down*, a implementação de políticas públicas é percebida como produto de um plano. Estudos em evidência na década de 1970 buscavam gaps ou falhas de implementação e correções em um enfoque prescritivo voltado ao cumprimento de objetivos previamente pactuados no desenho de políticas públicas até o alcance do público beneficiário (LOTTA et al. 2018; LOTTA, 2019). Nessa perspectiva, assume-se genericamente que as distorções de aderência dos efeitos e resultados de políticas em relação ao planejado decorram de problemas hierárquicos e relativos a falhas no controle (PRESSMAN; WILDAVSKY, 1973).

Face ao ceticismo quanto a desvios de rota frequentemente observados na implementação de variados tipos de políticas (SABATIER, 1986), a saída seria aumentar a clareza dos objetivos, sendo recorrente o alto investimento em ferramentas de monitoramento e controle hierárquicos rígidos (GOMES, 2019; LIMA; D'ASCENZI, 2019). Por outro lado, a aceitação do caráter político e estratégico do processo de definição de objetivos faz com que esse processo seja consensualmente aceito em detrimento de uma formulação pactuada junto aos processos táticos e operacionais que lhe dariam cumprimento (LIMA; D'ASCENZI, 2019).

Em contraposição à perspectiva *top-down*, estudos realizados a partir da década de 1980 analisam como a implementação acontece de fato, valorizando o resultado dos processos decisórios e a performividade dos atores envolvidos na implementação, considerando as múltiplas pressões às quais estes estão submetidos (LOTTA et al. 2018; LOTTA, 2019). Essa abordagem *bottom-up* ressalta o papel dos burocratas e das redes de atores capazes de influenciar a modelagem da implementação de políticas públicas, levando em consideração a discricionariedade dos implementadores para modificar a política formulada (LIPSKY, 1980; LOTTA; PAVEZ, 2010; LOTTA et al. 2018).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

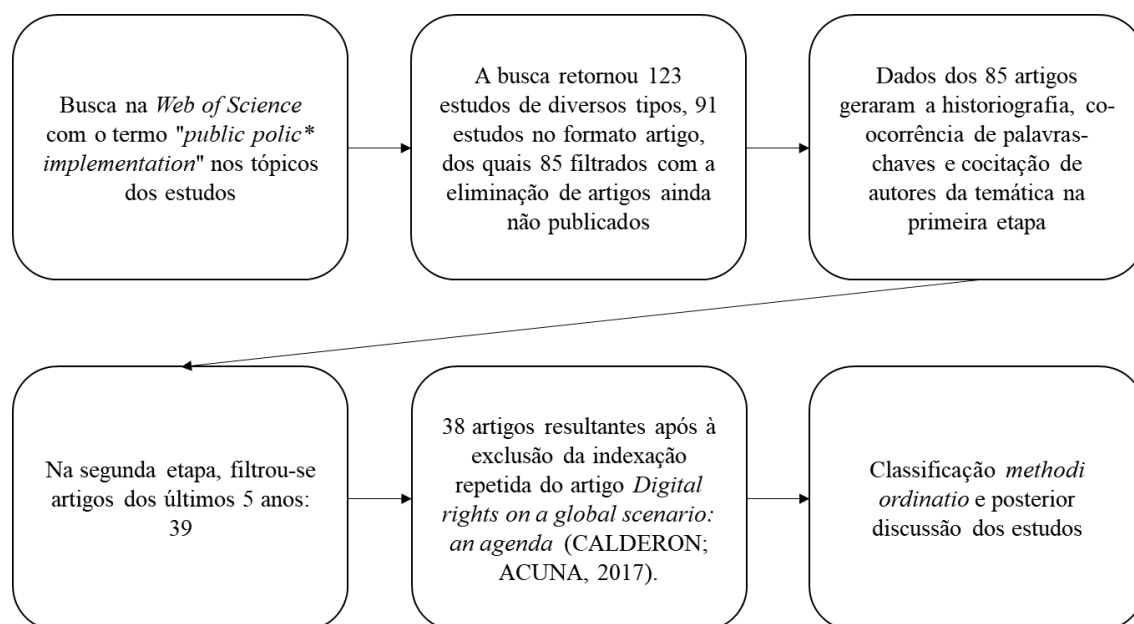
Para o alcance do objetivo deste artigo, apresenta-se uma revisão sistemática da literatura sob recomendação PRISMA (MOHER et al., 2009). Como fonte de dados, escolheu-se a *Web of Science*, base internacional de confiabilidade que reúne estudos de vários países (BAR-ILAN, 2008; DZIKOWSKI, 2018; ROSSETTO et al., 2018).

A busca se deu com o termo "*public polic* implementation*" nos tópicos dos estudos (títulos, resumos, palavras-chaves do autor e *keyword plus*, que são as palavras-chaves recorrentes

nos textos). O asterisco (*) refere-se às variações de singular e plural que o construto pode adotar (-y ou -ies). Após a busca, que retornou 123 estudos de diversos tipos, foram filtrados 91 estudos no formato de artigo, que foram reduzidos a 85 artigos com a eliminação de artigos ainda não publicados (*early access*). Esses 85 artigos preliminarmente elegíveis para a pesquisa geraram a historiografia, co-ocorrência de palavras-chaves e cocitação de autores da temática em uma primeira etapa.

Na segunda etapa, buscando uma maior delimitação de estudos para análise, foram selecionados apenas os artigos dos últimos 5 anos, resultando em 39 artigos. Tal delimitação teve por propósito a análise da produção recente internacional sobre o tema. Definiu-se um conjunto de 38 artigos a partir da exclusão da indexação repetida do artigo *Privacidad y Derechos Digitales en el escenario global: EPU 2016 y el caso ecuatoriano* (CALDERON; ACUNA, 2017b). Logo após, utilizou-se a *methodi ordinatio*, ferramenta metodológica que classifica estudos por meio do ano de publicação e do número de citações deles e do fator de impacto do periódico que o veiculou (PAGANI; KOVALESKI; RESENDE, 2015), na fórmula: $\text{InOrdinatio} = (\text{Fi} / 1000) + \alpha * [10 - (\text{AnoPesq} - \text{AnoPub})] + (\sum \text{Ci})$. “Fi” é o valor do fator de impacto (*Journal Citation Report - JCR*), fornecido em relatório da base utilizada, “ α ” (atribuído pelo pesquisador) reflete o impacto do ano de publicação (que varia de 1 a 10), “AnoPesq” é o ano de execução da busca do estudo, “AnoPub” é o ano em que o estudo foi publicado e “Ci” é o número de citações do estudo. Segue o percurso descrito na Figura 1.

Figura 1 – Percurso da Pesquisa



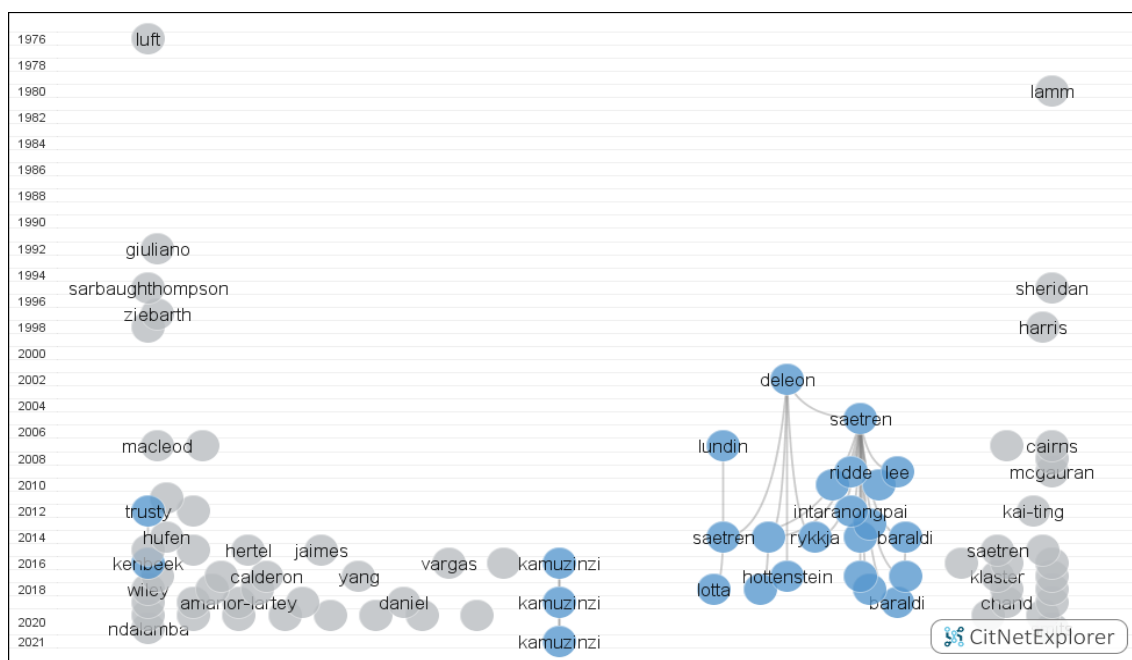
Fonte: elaborada pelos autores.

Com o portfólio teórico definido, fez-se uma análise de tópicos principais da temática em pauta, utilizando os estudos relevantes apresentados na sistematização adotada. Por fim, apresenta-se uma seção de lacunas de pesquisas e sugestões de estudos futuros, servindo à comunidade científica como uma bússola para novas pesquisas teóricas e empíricas.

RESULTADOS

No recorte de estudos analisado, considera-se o artigo de Luft (1976), *Benefit cost analysis and public policy implementation: from normative to positive analysis*, como pioneiro sobre a temática. Este estudo explora a relação entre custo-benefício e implementação de políticas públicas. A partir da historiografia do campo, percorre-se até as novas redes de core publications, que são as relações mais fortes entre todos os autores.

Figura 2 – Historiografia de estudos sobre implementação de políticas públicas



Fonte: Elaborado com auxílio do *software* VOSViewer (2021).

Por se tratar de um tema multidisciplinar, percebe-se que as pesquisas sobre implementação de políticas públicas permitem diversas frentes de abordagem, e aparecem em vários países do mundo. Os círculos azuis apresentam os chamados *core publications*, artigos mais fortes devido as suas relações de proximidade.

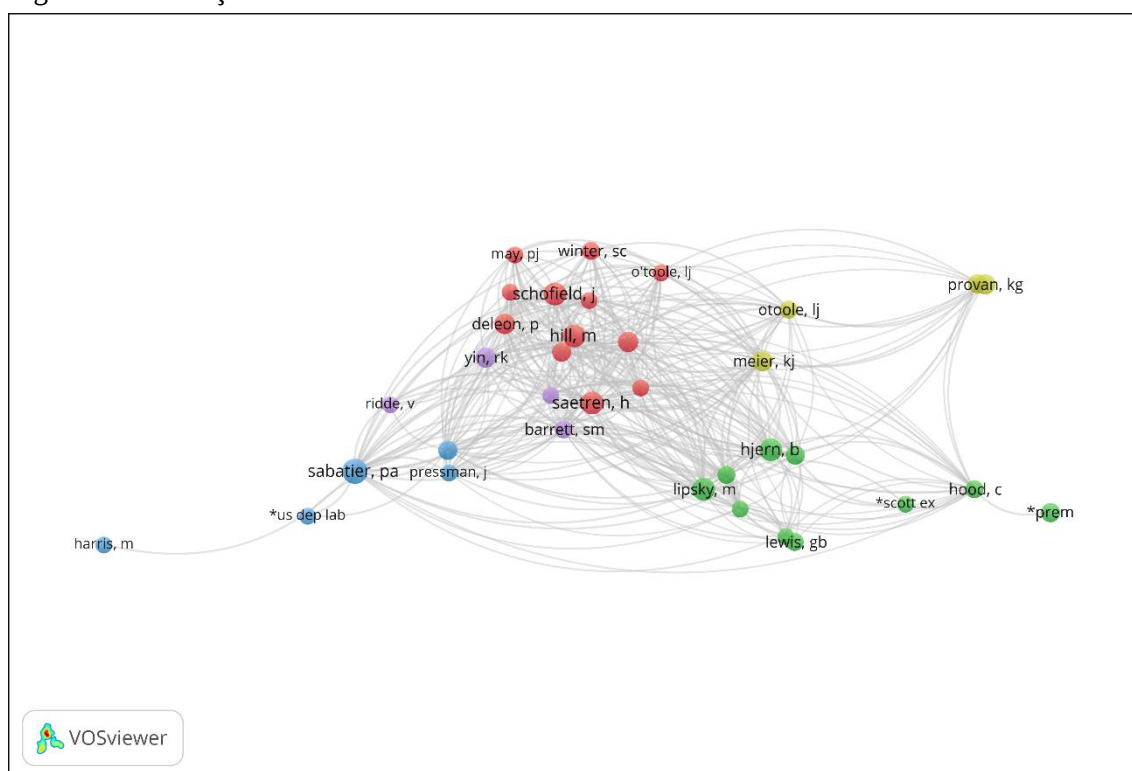
Destacam-se os estudos de Kamuzinzi (2016, 2021) e Kamuzinzi e Rubyutsa (2019) que discutem sobre o “imihigo”, um conceito que reflete a organização da sociedade – aldeia,

município ou distrito – para o estabelecimento de metas e os prazos necessários para o atingimento dos objetivos em uma espécie de contrato de desempenho criado pelo povo daquela localidade para atender as suas próprias necessidades.

Um outro destaque é referência no Brasil, os estudos de Lotta (2012, 2020) e Lotta et al. (2018), que discutem respectivamente sobre os implementadores de políticas públicas e usuários, especificamente na saúde, e uma agenda brasileira de pesquisas sobre implementação de políticas públicas que estão voltadas principalmente aos desafios do federalismo brasileiro, à implementação em contextos de heterogeneidade e desigualdades, ao impacto da publicização de serviços, aos processos participativos e à intersetorialidade (LOTTA et al., 2018).

Além dos estudos historicamente mais relevantes do recorte utilizado, tem-se os trabalhos que fundamentam esses estudos, que formam as redes de cocitação. Analisar essas redes fornece um suporte teórico indispensável para a construção fundamentada de novos trabalhos. Eles envolvem autores que realizam desde as discussões temáticas até os principais métodos utilizados pelos trabalhos sobre implementação de políticas públicas, como se vê na Figura 3.

Figura 3 – Cocitação de autores



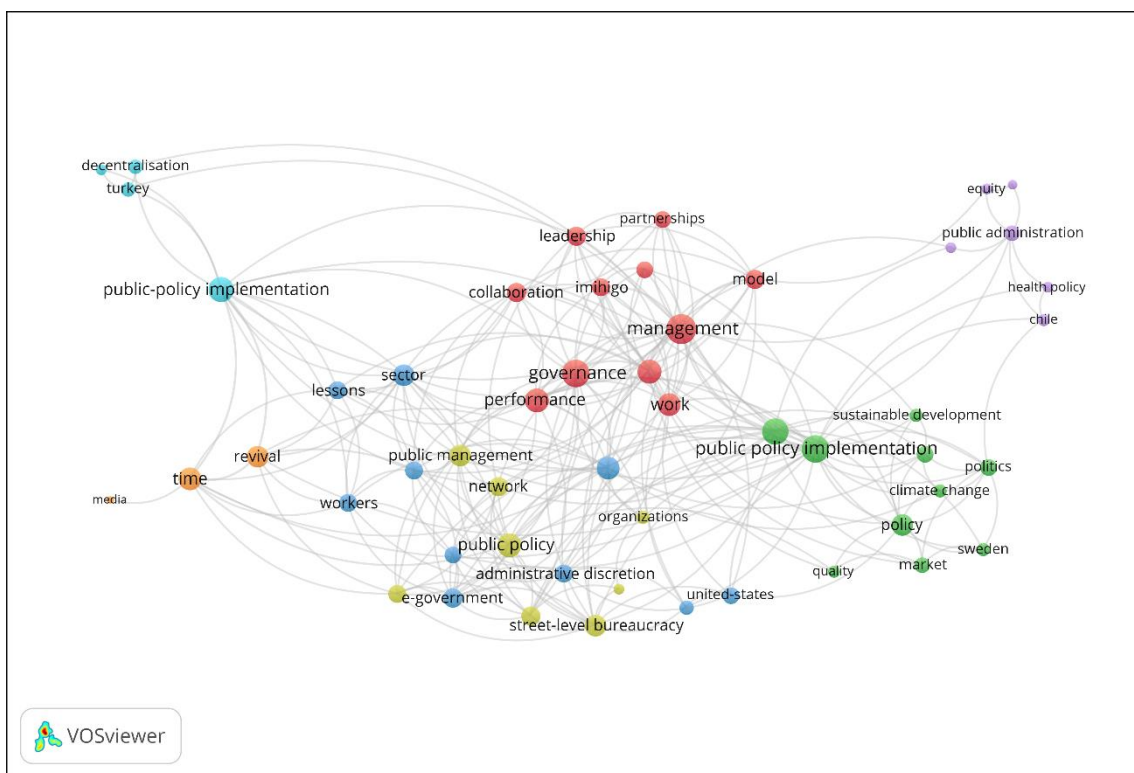
Fonte: Elaborado com auxílio do *software* VOSViewer (2021).

Nas redes de cocitação, tem-se como autores mais citados conjuntamente: “Robert Yin”, demonstrando a recorrência do estudo de caso enquanto estratégia de pesquisa utilizada; “Paul

Sabatier”, como um dos principais teóricos sobre o assunto; e “Peter DeLeon”, sendo o artigo DeLeon e DeLeon (2002) o mais citado no recorte (165 citações), servindo de referência para várias pesquisas do campo.

Avançando no panorama geral, observa-se que a implementação de políticas públicas tem sido estudada em diversas frentes de pesquisa, com associação aos seguintes temas: governança, desenvolvimento sustentável, *e-government*, *street-level bureaucracy* (burocracia de nível de rua), políticas de saúde e a descentralização em todos os processos que envolvem as ações da administração pública, que serão descritos mais detalhadamente nas seções analíticas deste trabalho.

Figura 4 – Co-ocorrência de palavras-chaves nos estudos sobre IPP



Fonte: Elaborado com auxílio do *software* VOSViewer (2021).

O panorama bibliométrico apresenta preliminarmente um retrato geral da temática em análise. Para retratá-la em seu estado atual, precisa-se de uma delimitação de artigos mais atuais para revisão de literatura e consequente contribuição teórica. Nesse sentido, construiu-se o portfólio teórico eleito pela *methodi ordinatio* com 38 textos, como apresenta o quadro a seguir.

Tabela 1 – Classificação *Methodi Ordinatio*

Artigo	Abreviação do Periódico	Ano	JCR	Citações	InOrdinatio
Private Transaction Costs of Water Trade in the Murray-Darling Basin (LOCH; WHEELER; SETTRE, 2018)	Ecol Econ	2018	5,389	18	53,01
When traditional principles bring coherence in complex networks management: the case of Imihigo in public policy implementation (KAMUZINZI, 2021)	Policy Stud-Uk	2021	2043	0	52,04
Does Collaboration Improve Organizational Efficiency? A Stochastic Frontier Approach Examining Cities' Use of EECBG Funds (PARK; KRAUSE; FEIOCK, 2019)	J Publ Adm Res Theor	2019	7	8	48,01
Incorporating a resilience lens into the social and urban transformation of informal settlements: the participatory upgrading process in Villa 20, Buenos Aires (2016-2020) (ALMANZI; MOTTA; HARDOY, 2020)	Environ Urban	2020	3,2	2	47,00
Implementing public policy in a non-directive manner: capacities from an intermediary organization (SMITS et al., 2020)	Can J Public Health	2020	2,448	1	46,00
An Exploratory Study into the Understandings and Awareness of Leadership Ethos and Its Inherent Critical Success Factors by Public Sector Officials in the Department of Trade and Industry (DTI) and the Ministry of the National Economy (ECONAT) (NDALAMBA; ESAU, 2020)	Int J Public Admin	2020	0,68	1	46,00
The Implementation of Emergency Aid as an exceptional measure of social protection (CARDOSO, 2020)	Rev Adm Publ- Rio Jan	2020	0,24	1	46,00
A Public Psychological Pressure Index for Social Networks (ZHANG et al., 2020)	Ieee Access	2020	3,367	0	45,00
Integrating social learning into climate change adaptation public policy cycle: Building upon from experiences in Brazil and the United Kingdom (NICOLLETTI; MASCHIETTO; MORENO, 2020)	Environ Dev	2020	3,326	0	45,00
Health councils and dissemination of SUS management instruments: an analysis of portals in Brazilian capitals (SANTOS et al., 2020)	Cienc Saude Coletiva	2020	1,336	0	45,00
What Makes a Key Player in Interorganizational Social Policy Networks? The Case of Uruguay (BIOSCA; GALASO, 2020)	Int J Public Admin	2020	0,68	0	45,00
Crafting or mass-producing decisions: Technology as professional or managerial imperative in public policy implementation (BUSCH, 2020)	Inform Polity	2020	0,55	0	45,00
Implementation Challenges in Public Policies Towards Indigenous Peoples: The Impact of	J Intercult Stud	2020	0,4	0	45,00

Health Policies in Urban Contexts (HUENCHO et al., 2020)					
Categorizing Easy and Difficult Users: Everyday Practices of Public Policy Implementation and the Production of Social Differences (LOTTA; PIRES, 2020)	Dados-Rev Cienc Soc	2020	0,357	0	45,00
Caracterização Ambiental, Uso e Ocupação do Solo entre os Anos de 1985 e 2015, em Região no Sul do Estado de Goiás (CARNEIRO; MARTINS; GUILHERME, 2020)	Geoambiente On-Line	2020	0,05	0	45,00
Population structure of Pseudomonas aeruginosa through a MLST approach and antibiotic resistance profiling of a Mexican clinical collection (CASTANEDA-MONTES et al., 2018)	Infect Genet Evol	2018	3,342	9	44,00
Addressing the undergraduate internship challenge in developing countries A learning-by-doing project-based online internship model (CHAND; DESHMUKH, 2019)	Educ Train	2019	2,275	3	43,00
The Intersection of Nonprofit Roles and Public Policy Implementation (DANIEL; FYALL, 2019)	Public Perform Manag	2019	2,745	2	42,00
When Tradition Feeds on Modern Accountability Mechanisms in Public Policy Implementation. The Case of Imihigo in Rwanda (KAMUZINZI; RUBYUTSA, 2019)	Public Perform Manag	2019	2,745	2	42,00
The role of central government and local government and the moderating effect of good governance on forest fire policy in Indonesia (PANJAITAN et al., 2019)	Benchmarking	2019	0,85	2	42,00
Public policy implementation and basic sanitation issues associated with hydroelectric projects in the Brazilian Amazon: Altamira and the Belo Monte dam (GAUTHIER; MORAN, 2018)	Geoforum	2018	3,901	5	40,00
When megaprojects meet archaeology: a research framework and case study from Yenikapi, Istanbul (BARALDI; SHOUP; ZAN, 2019)	Int J Cult Policy	2019	1,533	0	40,00
The Human Capital Model or Location! Location! Location!? The Gender-Based Wage Gap in the Federal Civil Service (MANI, 2019)	Gend Issues	2019	0,52	0	40,00
Aplicando o Quadro de Referência para Análise Jurídica de Políticas Públicas: A Implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida, Faixa 1, no Município de São Paulo (CHILVARQUER, 2019)	Rev Estud Inst-Braz	2019	0,24	0	40,00
A Model of Saints, Wizards and Demons: The Dynamics of Public Policy Implementation (AMANOR-LARTEY, 2019)	Ghana Soc Sci J	2019	0,05	0	40,00
Meet the local policy workers: Implementation of health promotion	Public Policy Admin	2018	3,386	3	38,00

guidelines in Denmark (WIMMELMANN; VALLGARDA; JENSEN, 2018)					
Compassionate Bureaucracy: Assuming the Administrative Burden of Policy Implementation (WILEY; BERRY, 2018)	Nonprof Volunt Sec Q	2018	3,142	3	38,00
Balancing Relations and Results in Regional Networks of Public-Policy Implementation (KLASTER; WILDEROM; MUNTSLAG, 2017)	J Publ Adm Res Theor	2017	7	7	37,01
Challenges in National-level Tourism Strategy Implementation - A Long-term Perspective on the New Zealand Tourism Strategy 2015 (ALBRECHT, 2017)	Int J Tour Res	2017	3,791	6	36,00
Attitudes Towards Citizen Participation in the Local Decision-Making Process: A Comparative Analysis (JURLINA ALIBEGOVIĆ; SLIJEPCević, 2018)	Drus Istraz	2018	0,391	1	36,00
For a Brazilian agenda of policy implementation studies (LOTTA et al., 2018)	Rev Serv Publico	2018	0,05	1	36,00
Regulatory interpretation: regulators, regulated parties, and the courts (RANDOLPH; FETZNER, 2018)	Bus Polit	2018	1,1	0	35,00
Conectividad rural y cambio social: los Infocentros Comunitarios en el Ecuador (CALDERON; ACUNA, 2017a)	Rev Publicando	2017	0	1	31,00
Deviations from China's School Football Policies during the Implementation Process: Signs, Causes, and Countermeasures (YANG; TANG, 2017)	Int J Hist Sport	2017	0,648	0	30,00
Municipal Leadership of Climate Adaptation Negotiations: Effective Tools and Strategies in Houston and Fort Lauderdale (WILLIAMS; GREEN; KIM, 2017)	Negotiation J	2017	0,409	0	30,00
Public Policy Implementation: Lessons for the Design. Analysis of Cases of Public Management Modernization and Health Care Reform in Chile (GAMBI, 2017)	Rev Clad Reforma Dem	2017	0,213	0	30,00
Protecting the Teaching and Learning Environment: A Hybrid Model for Human Subject Research Public Policy Implementation (HOTTENSTEIN, 2017)	J Res Admin	2017	0,12	0	30,00
Privacidad y DerechosDigitales en el escenario global: EPU 2016 y el caso ecuatoriano (CALDERON; ACUNA, 2017b)	Rev Publicando	2017	0	0	30,00

Fonte: elaborado pelos autores.

A metodologia foi aplicada com o esforço de selecionar estudos mais relevantes dentre os retornados pela base no intuito de permitir um aprofundamento de análise de um menor recorte e maior direcionamento para percursos e tendências para futuras pesquisas sobre o tema em questão. Após a escolha dos artigos mais recentes, justificada pela necessidade de mapeamento de lacunas de pesquisas, a classificação dos estudos não excluiu nenhum artigo (não houve nenhum artigo com índice InOrdinatio negativo), preservando o número de 38 estudos eleitos. A

seguir, apresentam-se as discussões do atual estado do campo. Os artigos foram categorizados conforme as principais temáticas identificadas: atores envolvidos na implementação de políticas públicas; redes; tecnologias de informação e comunicação; organizações sem fins lucrativos; implementação de políticas públicas de educação; implementação de políticas públicas voltadas ao meio ambiente natural; implementação de políticas públicas de saúde e outros temas.

DISCUSSÃO

Atores envolvidos na implementação de políticas públicas

Estudos referentes aos atores envolvidos na implementação de políticas públicas apresentam modelos de categorização do papel exercido por eles e suas implicações, bem como discussões que ressaltam a importância de traços específicos presentes em determinados atores. Podem ser identificados estudos que abrangem descrições relativas tanto à perspectiva de implementadores quanto à de usuários (público-alvo) de políticas.

Sob a perspectiva dos implementadores, Ndalamba e Esau (2020) examinam compreensões de líderes de diferentes níveis gerenciais do setor público sobre o “ethos de liderança” e seus respectivos fatores críticos de sucesso. Já Amanor Lartey (2019) apresenta um modelo de “santos, magos e demônios” para avaliar os papéis dos *stakeholders* envolvidos no processo de implementação, sendo os “santos” representados por aqueles que desempenham papel de reformadores ativos do governo, que buscam o progresso da sociedade por meio do sucesso da implementação de políticas públicas; os “magos” representados por analistas de políticas públicas, com competências (apropriadas ou inapropriadas) para disponibilizar informações relevantes e confiáveis do processo de implementação; os “demônios”, representados por grupos antagônicos ou letárgicos ao ciclo de políticas públicas que atrapalham o trabalho de santos e magos e obstruem ou corrompem os processos que levariam a políticas bem sucedidas. Adiciona ao modelo o conceito de sistema, definido como o contexto político, social e econômico dentro do qual o ciclo de políticas públicas se encontra situado.

O texto de Kamuzinzi e Rubyutsa (2019), por sua vez, aborda uma discussão em torno da responsabilização de atores implementadores, examinada dentro da tradicional abordagem do “Imihhigo”, em Ruanda, na África. Este artigo se propõe a analisar como este tipo de responsabilização se posiciona vis-à-vis à responsabilização burocrática, de pares e democrática na implementação de políticas. O termo “Imihhigo”, advindo de tempos pré-coloniais, é tradicionalmente associado à bravura para superar desafios nacionais, a “compromissos coletivos” compartilhados por um grupo de atores (afetados por um problema específico) para

alcançar resultados excepcionais ou enfrentar a vergonha pública em caso de fracasso, ou mesmo a uma ferramenta de inovação que amplia a criatividade de uma comunidade em busca de novas soluções para novos problemas.

Dos estudos relacionados à perspectiva dos atores beneficiários de políticas, nota-se uma recorrência de artigos que enfatizam a importância da participação social no processo de implementação. Jurlina Alibegovic e Slijepcevic (2018), mediante pesquisa empírica sobre o envolvimento de cidadãos em processos de tomada de decisão por deliberação, da perspectiva de vereadores locais em 16 países europeus, chamam atenção para a relevância da participação cidadã em modelos de governança pública, que pode conduzir à melhoria no atendimento de necessidades dos usuários, mais qualidade e eficiência no uso de recursos públicos para a prestação de serviços públicos. Já em Almansi, Motta e Hardy (2020), acompanha-se o progresso de experiências de integração sócio-urbana da Villa 20, um assentamento informal localizado na parte sul da cidade de Buenos Aires, capital da Argentina, destacando-se como o tratamento de problemas urbanos complexos por meio da participação do cidadão contribui para melhorar a governança urbana, e para o fornecimento de respostas abrangentes capazes de garantir a sustentabilidade de longo prazo das mudanças introduzidas.

Por fim, o trabalho de Lotta e Pires (2020) situa-se entre ambas as perspectivas de atores envolvidos no processo de implementação para apontar práticas de categorização e julgamento dos usuários dos serviços no decorrer do processo, e descrever como as diferenças sociais penetram o mundo das políticas públicas. Com foco na atuação de agentes comunitários de saúde, o estudo mostra como a diferenciação social produzida por profissionais da burocracia de rua mescla elementos de natureza funcional com elementos morais associados a uma avaliação sobre a (in)adequação do comportamento dos beneficiários de serviços de saúde, potencializando implicações para dinâmicas mais amplas de reprodução de desigualdades sociais.

Redes em implementação de políticas públicas

Alguns estudos abordam a implementação de modo a destacar a articulação de redes, constituídas por configurações regionais ou interorganizacionais, suas relações e os desafios de governança a elas inerente. Percebe-se que a temática das redes encontra-se por vezes associada a abordagens multisetoriais ou sistêmicas na implementação de políticas públicas.

O artigo de Biosca e Galaso (2020) fala sobre o papel de organizações envolvidas com redes de implementação de políticas sociais multisetoriais no Uruguai. A natureza do financiamento (público ou privado) e as atribuições de atividades dessas organizações

determinam sua influência e importância dentro dessas redes. Também apontam que a posição da organização depende do nível de intensidade de suas interações dentro da rede. Já no estudo de Klaster, Wilderom e Munstlag (2017), é abordada a tensão entre os objetivos de curto prazo e a intenção de estabelecimento de relações duradouras em redes regionais de políticas públicas de educação e emprego na Holanda. Os resultados obtidos revelam que tais tensões são especialmente encontradas em redes mais jovens, sendo que redes mais maduras tendem a demonstrar maior equilíbrio na relação entre alcance de metas e relacionamentos dentro da rede. A governança da rede também é pontuada como um quesito fundamental nesse processo, através do qual a rede que dispunha de uma organização administrativa com papel puramente facilitador demonstrou melhor desempenho em ambos os aspectos.

Em relação à menção de desafios inerentes à gestão de redes, Albrecht (2017) realiza um estudo pautado em análises de trabalhos anteriores sobre implementação de estratégia de turismo para avaliar as redes de partes interessadas na implementação da “Estratégia de Turismo da Nova Zelândia 2015”. O artigo oferece contribuições explicativas sobre dilemas relacionados ao tipo e número de partes interessadas envolvidas na implementação da estratégia desse tipo de política e sobre questões sistêmicas inerentes à colaboração do setor público-privado. Kamunzi (2021), por sua vez, debruça-se novamente sobre o sistema de implementação de políticas públicas em Ruanda, país africano com recursos escassos e que se inspirou na tradição do “Imihigo” para facilitar a coordenação de iniciativas políticas diversificadas e superar barreiras burocráticas de desempenho relativas ao gerenciamento de redes complexas.

Já Randolph e Fetzner (2018) consideram a literatura sobre implementação de políticas públicas e pesquisas sobre redes para explorar os desafios inerentes à interpretação regulatória e iniciativas regulatórias. Tecem considerações a respeito de entidades regulatórias, partes reguladas e o sistema de tribunais.

Tecnologias de Informação e Comunicação

Alguns estudos destacam o papel desempenhado pela tecnologia e sua influência sobre o processo decisório na implementação de políticas públicas. Nessa concepção, tecnologias de informação e comunicação podem ser entendidas enquanto instrumentos mediadores, facilitadores, ou mesmo como elementos que contextualizam situações em que a implementação de determinadas políticas demanda por medidas regulatórias.

O estudo Busch (2020), ambientado na Noruega, é baseado em entrevistas realizadas com profissionais denominados “burocratas de nível da tela”, trabalhadores do serviço público cujo trabalho é consideravelmente influenciado por ferramentas digitais. Para os sete subestágios da

implementação identificados, são descritos os principais impactos da tecnologia sobre as normas profissionais e objetivos gerenciais dos profissionais entrevistados.

Calderon e Acuna (2017a) analisam o impacto do uso extensivo de tecnologias de comunicação no espaço rural equatoriano. Os autores realizam uma análise das políticas desenvolvimentistas e sua correlação ao desenvolvimento social no país na última década. Dentro dessa perspectiva, analisam a disseminação da conectividade a partir de infocentros comunitários, as políticas públicas de difusão digital no país, bem como o papel de agências estatais de controle das telecomunicações e a criação do Ministério de Telecomunicação na implementação de políticas regulatórias relativas a nova lei especial de telecomunicações.

O trabalho de Zhang et al. (2020) se volta à compreensão da opinião pública por meio de índices de avaliação quantitativos e métodos de computação social de análise de redes sociais. Os autores propõem o conceito de índice de pressão psicológica pública e seu método de cálculo, aplicando-o, ao final do artigo, a uma seleção de 9 eventos públicos ocorridos entre julho a agosto de 2012 na China. O texto propõe que a análise da opinião pública por meio de dados de redes sociais traz contribuições importante em vários campos, incluindo ciência política, economia, comércio, finanças, comércio internacional, implementação de políticas públicas etc.

Por fim, em torno do debate sobre vigilância estatal e uso de dados de usuários, e da implementação de políticas regulatórias, Calderon e Acuna (2017b) fazem uma descrição da situação global face aos dilemas sobre privacidade em fóruns internacionais para o caso do Equador, e como o país encontra-se situado na agenda global.

Organizações sem fins lucrativos

Também é possível identificar artigos que fazem apontamentos interessantes sobre implementação de políticas públicas de alguma forma relacionadas ao trabalho desenvolvido por organizações sem fins lucrativos. Ambos os artigos situam a discussão sobre implementação de modo a ressaltar peculiaridades referentes à prestação de serviços pelo terceiro setor.

Daniel e Fyall (2019) elaboram uma visão geral da prática de implementação de políticas por meio da prestação de serviços sem finalidade lucrativa, abordando funções em torno de quatro tópicos: simultaneidade de funções sem fins lucrativos, assimetria perceptiva de implementação de políticas ou de entrega de serviços, funções sem fins lucrativos ao longo do tempo e participação na rede.

Já Wiley e Berry (2018) analisam como organizações sem fins lucrativos, ao implementar políticas públicas sob a forma de certos serviços públicos, absorvem os custos da prestação de contas, e a conformidade com a qual essas organizações respondem a medidas burocráticas e

exigências de relatórios requeridos por entidades públicas financiadoras. O estudo foi pautado em entrevistas realizadas com líderes de organizações sem fins lucrativos ligadas à defesa contra violência doméstica nos EUA, dependentes de financiamento público.

Implementação de políticas públicas de educação

Três dos artigos elencados dedicam-se a análises sobre implementação de políticas públicas no campo de educação, ou relativos a políticas voltadas para solução de problemas neste campo. A contextualização dos problemas de pesquisa varia entre o âmbito escolar ou de graduação.

O estudo de Yang e Tang (2017) analisa a implementação de políticas públicas de futebol escolar, vinculadas a uma estratégia nacional para desenvolvimento do esporte na China, bem como os principais desvios de implementação identificados. Já o trabalho de Chand e Deshmukh (2019) remete às dificuldades enfrentadas para encontrar oportunidades adequadas de estágio no ensino superior, sobretudo em países em desenvolvimento, e apresenta um modelo de estágio online capaz de estimular os estudantes a se engajarem em projetos de aprendizagem reflexiva. O modelo aborda, na perspectiva dos autores, uma barreira fundamental na implementação de políticas relativas a Tecnologias de Informação e Comunicação na educação pública, a escassez de conteúdo audiovisual em línguas locais.

Por último, Hottenstein (2017) discute o papel de Conselhos de Revisão Institucional (IRB) a respeito de pesquisas de nível de graduação financiadas pelo governo federal envolvendo seres humanos. O estudo de caso buscou analisar como regulamentos são implementados por um IRB em uma instituição onde esse tipo de pesquisa constitui parte significativa da experiência de graduação de estudantes do Centro-Oeste norte-americano.

Implementação de políticas públicas voltadas ao meio ambiente natural

Dos artigos dedicados à análise da implementação de políticas relacionadas ao meio ambiente natural, verifica-se a incidência de estudos sobre a conservação de recursos que podem ser caracterizados como bens públicos, bem como uma preocupação recorrente com mudanças climáticas globais. Percebe-se que os artigos variam de abordagens locais ou comparativas de análise. Além disso, também se observa que temáticas referentes à implementação de políticas públicas e o meio ambiente natural são objeto de investigação em contextos brasileiros diversos.

Dentre as pesquisas que abordam contextos brasileiros, o texto de Carneiro, Martins e Guilherme (2020), objetivou avaliar as alterações ambientais em variáveis do meio físico, em um

intervalo de 30 anos, nos municípios de Aporé e Itajá, na mesorregião Sul Goiano. Já em outra pesquisa, por meio da análise das políticas nacionais (Política Nacional de Recursos Hídricos e Lei Federal de Saneamento Básico) e do uso de informações publicamente disponíveis, Gauthier e Moran (2018) analisam com algumas práticas de saneamento básico associadas a projetos hidrelétricos na Amazônia revelam questões que podem impactar o meio ambiente e a saúde pública da população. No estudo, os autores apontam que as condições exigidas e ditadas pelas políticas nacionais discutidas diferem da realidade local e parecem estar desconectadas, além de identificarem uma série de discrepâncias entre a realidade de Altamira e as políticas públicas nacionais existentes no Brasil.

Nicolletti; Maschietto; Moreno (2020) fazem um estudo de caso múltiplo, abrangendo 18 experiências do Reino Unido e do Brasil para discutir contribuições da aprendizagem social para questões de governança socioambiental e políticas públicas relacionadas a problemas perversos, como mudanças climáticas.

Dentre os artigos que abordam contextos fora do Brasil, Panjaitan et al. (2019) avaliam a relação entre a boa governança e a política de gestão de incêndios florestais na Indonésia. Já Loch, Wheeler e Settre (2018) se dedicam a investigar os impactos dos custos de transação sobre o sucesso ou fracasso da implementação de políticas ligadas ao comércio de água na Austrália. Por fim, o texto de Williams, Green e Kim (2017) descreve estratégias e táticas adotadas em âmbito municipal - em Houston, Texas, e Fort Lauderdale, Flórida – objetivando identificar quais métodos os líderes dessas cidades empregaram para conduzir negociações a fim de implementar políticas de adaptação ao clima e avaliar se tais métodos foram eficazes.

Implementação de políticas públicas voltadas à assistência social

Os dois artigos sobre a temática da assistência social dedicam-se à análise de programas sociais específicos e remetem à implementação de políticas em contexto brasileiro. Cardoso (2020) faz uma análise sobre o processo de implementação do Auxílio Emergencial face às consequências trazidas pela pandemia do coronavírus (COVID-19) para as parcelas mais vulneráveis da população, dentre as quais os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ou cidadãos que já tinham algum tipo de relacionamento com políticas de assistência social. O texto aborda, no âmbito do arranjo estabelecido pelo Ministério da Cidadania (MC), e das estratégias para identificação dos públicos-alvo, os conceitos de burocracia de rua, de tela e de sistema para discorrer sobre a implementação do auxílio.

Por sua vez, Chilvarquer (2019) apoia-se em um quadro de referência para análise jurídica

de políticas públicas, para fazer uma análise da implementação do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1 na cidade de São Paulo entre os anos de 2009 e 2018. O estudo visa contribuir para o desenvolvimento da abordagem do Direito e Políticas Públicas, indicando ganhos analíticos e dificuldades da utilização do método para outros pesquisadores do campo.

Implementação de políticas públicas de saúde

Em comparação à outras temáticas, os artigos que versam sobre implementação de políticas no campo da saúde pública demonstram relativa coesão em relação aos objetivos de pesquisa propostos. De maneira geral, em um primeiro plano, aproveitam-se do caso de uma política pública de saúde específica para analisar como ocorre o processo de implementação, considerando, por exemplo, fatores como coparticipação social, publicização e monitoramento de dados, uso de diretrizes, intermediação no processo de implementação e contextos de diversidade. Em um segundo plano, pode-se apontar artigos que buscam analisar como resultados característicos do processo de implementação podem vir a contribuir para um melhor desenho da política em si.

No primeiro plano, pode-se citar o trabalho de Santos et al. (2020), que destaca o papel dos Conselhos de Saúde enquanto espaços de coparticipação na atuação, planejamento e controle da execução de políticas públicas. Os autores buscaram investigar como os portais das prefeituras das capitais brasileiras têm divulgado seus Conselhos de Saúde e em que medida cumprem o disposto legislação quanto a publicização dos respectivos instrumentos necessários para análise, monitoramento e acompanhamento da política de saúde. Já Smits et al. (2020) descrevem um conjunto de capacidades críticas de uma organização em um contexto de intermediação de implementação *top down* de uma política pública de saúde na província de Quebec, no Canadá. Ao investigar o referido contexto de implementação, em que coube à organização intermediadora integrar as instruções advindas da lei referente à política de saúde a ser implementada à realidade advinda da base dos trabalhadores do sistema de saúde junto à população, os autores apontam para capacidades que podem vir a permitir ao governos compilar um estoque de recursos a fim de apoiar outros contextos de implementação ou reformas.

Ainda no plano dos estudos que se preocupam em uma melhor compreensão do processo de implementação, Wimmelmann; Vallgarda e Jensen (2018) observam variações nas estratégias de implementação de diretrizes em políticas de saúde, com base em estudos realizados mediante entrevistas e observações em municípios dinamarqueses, e introduzindo os conceitos de “tradução” e “interiorização” para compreender como e por que indivíduos que trabalham nas mesmas posições e recebem as mesmas diretrizes implementam-nas de formas diferentes. Por sua

vez, Huencho et al. (2020) investigam como políticas de saúde pública indígena são implementadas em contextos de diversidade. O estudo de caso é relativo à área urbana no Chile, mediante realização de entrevistas com gestores, profissionais de saúde, lideranças indígenas e usuários que desempenharam um papel em diferentes estágios do processo de implementação do Programa Especial de Saúde para os Povos Indígenas.

No plano de estudos voltados para a compreensão de resultados de certas políticas (ou de suas falhas), pode-se citar o texto de Castaneda-Montes (2018), que realiza investigações sobre patógenos de um coleção clínica da Cidade do México, juntamente com um perfil de resistência a antibióticos de microbiologia clássica. Este trabalho abre espaço para reflexões sobre as causas que tornam os países menos desenvolvidos *hotspots* de resistência aos antibióticos, considerando-se aspectos multifatoriais de um contexto sociopolítico que inclui o modelo de implementação de políticas públicas e a fiscalização em relação ao acesso a antibióticos nesses países.

Outros temas

Neste último tópico, elencam-se os artigos que versam sobre outras temáticas, distintas entre si, e que não se repetem em estudos anteriores. Pontua-se que alguns destes artigos dizem respeito a temáticas transversais – como gênero no universo de trabalho – ou interdisciplinares, como gestão de projetos.

Mani (2019) usa o Modelo de Capital Humano para fazer uma análise sobre diferenças salariais baseadas em gênero. O estudo de caso é relativo a funcionários públicos federais dos EUA, e foi feito mediante dados de acesso público do Escritório de Gestão Pessoas do governo, obtidos em 2014. A pesquisa revela existir espaço para melhorias nas políticas públicas implementadas no país com intuito de mitigar diferenças salariais entre homens e mulheres. No entanto, algumas leis se mostram mais difíceis e caras de aplicar.

Baraldi; Shoup e Zan (2019) investigam escavações de resgate, em Yenikapi, Istambul, em uma abordagem de pesquisa baseada em fenômenos para a gestão de projetos de patrimônio arqueológico e cultural. A estrutura analítica utilizada pelos autores - Cadeia do Patrimônio e a Análise do Desempenho da Conduta da Estrutura - destaca o papel crucial da adoção de práticas (ou estratégias emergentes) na implementação de políticas públicas. O caso também destaca como o ambiente jurídico incerto da Turquia para a arqueologia de resgate levou a soluções emergentes e *ad hoc* de gerenciamento e financiamento que mesclam o envolvimento estatal e privado de maneiras novas por meio de terceirização de vários níveis.

Park, Krause e Feiock (2019) utilizam a abordagem de análise de fronteira estocástica para avaliar a eficiência do uso de fundos do Energy Efficiency Conservation Block Grant

(EECBG) em cidades dos EUA na implementação de programas de sustentabilidade, e o nível de influência que a colaboração sobre os níveis de eficiência organizacionais.

Gambi (2017) faz uma análise comparativa entre as escolas do federalismo norte-americano e as escolas que se debruçam em estudos comparativos, indicando como tais estudos podem contribuir para a os estudos da escola norte-americana. Ao longo do texto são apresentadas diferentes abordagens para tópicos comuns a ambas as escolas, incluindo descentralização, partidarismo político, representação, federalismo fiscal, relações intergovernamentais, *compliance* e implementação.

Por fim, Lotta et al. (2018) propõem uma agenda de estudos no campo de implementação de políticas públicas à luz de análises das lacunas da literatura nacional e de correntes analíticas internacionais a respeito. A implementação é abordada sob diversas perspectivas e modelos analíticos, sendo ressaltadas, dentre as temáticas identificadas, pesquisas referentes a *accountability* e transparência, estruturas de governança, envolvimento de atores não estatais, burocracia, discricionariedade e autonomia, valores e comportamentos de burocratas, resultados de incentivos, estratégias de enfrentamentos de pressões, efeitos sociais da implementação etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES DE FUTURAS PESQUISAS

Este estudo analisou o percurso científico da implementação de políticas públicas. Ao analisar o cenário bibliométrico da temática, observamos que os assuntos governança, desenvolvimento sustentável, *e-government*, *street-level bureaucracy* (burocracia de nível de rua), políticas de saúde e a descentralização de processos da administração pública inspiram de modo recorrente as pesquisas do campo. Utilizando a *methodi ordinatio* na construção do portfólio teórico para análise, direcionamos o entendimento do chamado “estado da arte” da temática às pesquisas que envolvem saúde, educação, meio ambiente natural, redes, organizações sem fins lucrativos e atores de implementação de políticas públicas.

Percebe-se que uma parcela significativa dos temas (os que designam áreas consolidadas de cobertura em políticas sociais) evidencia a natureza setorial ainda pujante nos estudos sobre implementação. Além disso, outra observação pertinente ao agrupamento dos artigos é que, mesmo que categorizados sob temáticas distintas, é possível assumir que alguns trabalhos estejam conectados a mais de uma categoria.

Em Busch (2020), por exemplo, o estudo focado em atores é limitado a dois tipos de profissionais do serviço público (juízes do Tribunal Distrital Norueguês e profissionais de um escritório de Administração Tributária da Noruega), ou seja, burocratas de nível de rua que lidam

com tecnologias relativas a *e-government*. É relevante investigar como habilidades tecnológicas e treinamento influenciam o impacto tecnológico na implementação de políticas públicas.

Um segundo exemplo é o estudo realizado por Lotta et al. (2018), que traz uma agenda de pesquisas destinadas à apropriação dos novos paradigmas do campo com aplicações na realidade complexa da implementação no contexto brasileiro e suas implicações, sugerindo, dentre possibilidades temáticas a serem consideradas, os desafios do federalismo brasileiro, a implementação em contextos de heterogeneidade e desigualdades, o impacto da publicização de serviços, processos participativos e intersetorialidade.

Daniel e Fyall (2019) sugerem que pesquisas futuras podem se aprofundar nos temas identificados para responder a questões sobre intersecção das funções das organizações sem fins lucrativos e políticas públicas, bem como explorar aspectos diversos da multidimensionalidade dessas organizações. São várias as possibilidades de pesquisa sobre a implementação, uma vez que se traduz em processos passíveis de melhoria constante e aplicáveis em vários contextos. Desse modo, as discussões deste estudo trazem um panorama atual da área e pode direcionar a várias pesquisas.

As contribuições teóricas e empíricas deste estudo são, respectivamente, a apresentação do cenário bibliométrico e estado da arte com vista ao fomento da literatura sobre o tema e à compreensão de diversas aplicações do tema como inspirações para novos modelos baseados em experiências de vários países. Reforça-se que este artigo é fundamentado em um recorte da literatura, o que seria uma possível limitação. Contudo, modelos teóricos podem ser construídos a partir deste estudo, incentivando pesquisadores e atores de implementação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, Julia Nina. Challenges in National- level Tourism Strategy Implementation–A Long- term Perspective on the New Zealand Tourism Strategy 2015. **International Journal of Tourism Research**, v. 19, n. 3, p. 329-338, 2017.

ALMANZI, F.; MOTTA, J. M.; HARDOY, J. Incorporating a resilience lens into the social and urban transformation of informal settlements: the participatory upgrading process in Villa 20, Buenos Aires (2016–2020). **Environment and Urbanization**, v. 32, n. 2, p. 407-428, 2020.

AMANOR-LARTEY, Ebenezer Teye. A model of saints, wizards and demons: The dynamics of public policy implementation. **GHANA SOCIAL SCIENCE**, v. 16, n. 2, p. 140, 2019.

BARALDI, Sara Bonini; SHOUP, Daniel David; ZAN, Luca. When megaprojects meet archaeology: a research framework and case study from Yenikapi, Istanbul. **International journal of cultural policy**, v. 25, n. 4, p. 423-444, 2019.

BAR-ILAN, Judit. Which h-index?—A comparison of WoS, Scopus and Google Scholar. **Scientometrics**, v. 74, n. 2, p. 257-271, 2008.

BIOSCA, O.; GALASO, P. What makes a key player in interorganizational social policy networks? The case of Uruguay. **International Journal of Public Administration**, v. 43, n. 13, p. 1156-1168, 2020.

BONELLI, F; FERNANDES, A. S. A.; COELHO, D. B.; PALMEIRA, J. S. A atuação dos burocratas de nível de rua na implementação de políticas públicas no Brasil: uma proposta de análise expandida. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 17, n. spe, p. 800-816, nov. 2019.

BUSCH, Peter André. Crafting or mass-producing decisions: Technology as professional or managerial imperative in public policy implementation. **Information Polity**, v. 25, n. 1, p. 111-128, 2020.

CALDERÓN, María José; ACUÑA, Javier. Conectividad rural y cambio social: los Infocentros Comunitarios en el Ecuador. **Revista Publicando**, v. 4, n. 11 (1), p. 190-207, 2017a.

CALDERÓN, María José; ACUÑA, Javier. Privacidad y derechos digitales en el escenario global: el examen periódico universal de Naciones Unidas y el Ecuador. **Revista Publicando**, v. 4, n. 12 (1), p. 59-67, 2017b.

CARDOSO, B. B. The Implementation of Emergency Aid as an exceptional measure of social protection. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1052-1063, 2020.

CARNEIRO, Steffan Eduardo Silva; MARTINS, Alécio Perini; GUILHERME, Frederico Augusto Guimarães. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ENTRE OS ANOS DE 1985 E 2015, EM REGIÃO NO SUL DO ESTADO DE GOIÁS. **Geoambiente On-line**, n. 38, p. 62-83, 2020.

CASTAÑEDA-MONTES, F. J. et al. Population structure of *Pseudomonas aeruginosa* through a MLST approach and antibiotic resistance profiling of a Mexican clinical collection. **Infection, Genetics and Evolution**, v. 65, p. 43-54, 2018.

CHAND, Vijaya Sherry; DESHMUKH, Ketan Satish. Addressing the undergraduate internship challenge in developing countries: A “learning-by-doing” project-based online internship model. **Education+ Training**, 2019.

CHILVARQUER, Marcelo. APLICANDO O QUADRO DE REFERÊNCIA PARA ANÁLISE JURÍDICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA, FAIXA 1, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **REI-Revista Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, p. 1116-1141, 2019.

DANIEL, Jamie Levine. ; FYALL, Rachel. The intersection of nonprofit roles and public policy implementation. **Public Performance & Management Review**, v. 42, n. 6, p. 1351-1371, 2019.

DELEON, Peter; DELEON, Linda. What ever happened to policy implementation? An alternative approach. **Journal of public administration research and theory**, v. 12, n. 4, p. 467-492, 2002.

GAMBI, Mauricio Olavarria. Public Policy Implementation: Lessons for the Design. Analysis of Cases of Public Management Modernization and Health Care Reform in Chile. **REVISTA DEL CLAD REFORMA Y DEMOCRACIA**, n. 67, p. 95-124, 2017.

GAUTHIER, Cristina; MORAN, Emilio F. Public policy implementation and basic sanitation issues associated with hydroelectric projects in the Brazilian Amazon: Altamira and the Belo Monte dam. **Geoforum**, v. 97, p. 10-21, 2018.

GOMES, S. Sobre a viabilidade de uma agenda de pesquisa coletiva integrando implementação de políticas, formulação e resultados In.: LOTTA, G. **Teorias e análises sobre a implementação de políticas públicas**. Brasília: Enap, 2019.

HOTTENSTEIN, Kristi N. Protecting the Teaching and Learning Environment: A Hybrid Model for Human Subject Research Public Policy Implementation. **Journal of Research Administration**, v. 48, n. 2, p. 26-36, 2017.

HUENCHO, V. F. et al. Implementation challenges in public policies towards indigenous peoples: the impact of health policies in urban contexts. **Journal of Intercultural Studies**, v. 41, n. 4, p. 405-423, 2020.

JURLINA ALIBEGOVIĆ, Dubravka; SLIJEPČEVIĆ, Sunčana. Attitudes towards citizen participation in the local decision-making process: A comparative analysis. **Društvena istraživanja: časopis za opća društvena pitanja**, v. 27, n. 1, p. 155-175, 2018.

KAMUZINZI, M. Imihigo: A hybrid model associating traditional and modern logics in public policy implementation in Rwanda. **International Journal of African Renaissance Studies-Multi-, Inter-and Transdisciplinarity**, v. 11, n. 1, p. 123-141, 2016.

KAMUZINZI, M. When traditional principles bring coherence in complex networks management: the case of “Imihigo” in public policy implementation. **Policy Studies**, 2021.

KAMUZINZI, M.; RUBYUTSA, J. M. When tradition feeds on modern accountability mechanisms in public policy implementation. The case of “Imihigo” in Rwanda. **Public Performance & Management Review**, v. 42, n. 3, p. 632-656, 2019.

KLASTER, Esther; WILDEROM, Celeste P. M.; MUNTSLAG, Dennis R. Balancing relations and results in regional networks of public-policy implementation. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 27, n. 4, p. 676-691, 2017.

LIMA, L.; D’ASCENZI, L. Implementação e avaliação de políticas públicas: intersecções, limites e continuidades. In.: LOTTA, G. **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Enap: Brasília, 2019.

LIPSKY, M. **Street-level bureaucrats**. Nova York: Russel Sage, 1980.

LOCH, A.; WHEELER, S. A.; SETTRE, C. Private transaction costs of water trade in the Murray–Darling Basin. **Ecological Economics**, v. 146, p. 560-573, 2018.

LOTTA, G. S. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In.: LOTTA, G. S. **Teorias e análises sobre a implementação de políticas públicas**. Brasília: Enap, 2019.

- LOTTA, G. S. et al. For a Brazilian agenda of policy implementation studies. **Revista do Serviço Público**, v. 69, n. 4, p. 779-809, 2018.
- LOTTA, G. S.; NUNES, A. C.; CAVALCANTE, S.; DAMIATI, D.; BONAT, J. Por uma agenda brasileira de estudos sobre implementação de políticas públicas. **Revista do Serviço Público (Online)**, v. 69, n. 4, p. 779-810, 2018.
- LOTTA, G. S.; PAVEZ, T. Agentes de implementação e a mediação de políticas públicas: entre dinâmicas e estruturas relacionais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 15, n. 56, p. 109-125, jul. 2010.
- LOTTA, G. S.; PIRES, Roberto Rocha Coelho. Categorizando Usuários “Fáceis” e “Difíceis”: Práticas Cotidianas de Implementação de Políticas Públicas e a Produção de Diferenças Sociais. **Dados**, v. 63, 2020.
- LOTTA, G. S. Saberes locais, mediação e cidadania: o caso dos agentes comunitários de saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 21, p. 210-222, 2012.
- LUFT, Harold S. Benefit-cost analysis and public policy implementation: from normative to positive analysis. **Public Policy**, v. 24, n. 4, p. 437-462, 1976..
- MANI, Bonnie G. The Human Capital Model or Location! Location! Location!? The Gender-Based Wage Gap in the Federal Civil Service. **Gender Issues**, v. 36, n. 2, p. 152-175, 2019.
- MATLAND, R. Synthesizing the implementation literature: the ambiguity-conflict model of policy implementation. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 5, n. 2, p. 145-174, 1995.
- MOHER, David et al. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **PLoS medicine**, v. 6, n. 7, p. e1000097, 2009.
- MORAES SOBRINHO, J.; HELAL, D. H. A implementação de políticas públicas voltadas a atividades artesanais: análise do programa de artesanato da Paraíba. **O&S**, Salvador, v. 24, n. 80, p. 115-134, Jan./Mar. 2017.
- MOTA, L. F. Estudos de implementação de políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 92, p. 133-150, jan. 2020.
- NDALAMBA, K.; ESAU, M. An exploratory study into the understandings and awareness of leadership ethos and its inherent critical success factors by Public Sector Officials in the Department of Trade and Industry (DTI) and the Ministry of the National Economy (ECONAT). **International Journal of Public Administration**, v. 43, n. 1, p. 60-72, 2020.
- NICOLLETTI, M.; MASCHIETTO, F.; MORENO, T. Integrating social learning into climate change adaptation public policy cycle: Building upon from experiences in Brazil and the United Kingdom. **Environmental Development**, v. 33, p. 100486, 2020.
- PAGANI, Regina Negri; KOVALESKI, João Luiz; RESENDE, Luis Mauricio. Methodi Ordinatio: a proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citation, and year of publication. **Scientometrics**, v. 105, n. 3, p. 2109-2135, 2015.

PANJAITAN, Raffles Brotestes et al. The role of central government and local government and the moderating effect of good governance on forest fire policy in Indonesia. **Benchmarking: An International Journal**, 2019.

PARK, Angela YS; KRAUSE, Rachel M.; FEIOCK, Richard C. Does collaboration improve organizational efficiency? A stochastic frontier approach examining cities' use of EECBG funds. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 29, n. 3, p. 414-428, 2019.

PRESSMAN, J.; WILDAVSKY, A. **Implementation**. Berkeley: University of California Press, 1973.

RANDOLPH, Gregory M.; FETZNER, James P. Regulatory interpretation: regulators, regulated parties, and the courts. **Business and Politics**, v. 20, n. 2, p. 301-328, 2018.

ROSSETTO, Dennys Eduardo et al. Structure and evolution of innovation research in the last 60 years: Review and future trends in the field of business through the citations and co-citations analysis. **Scientometrics**, v. 115, n. 3, p. 1329-1363, 2018.

SABATIER, P. A. An advocacy coalition framework for policy change and the role of policy-oriented learning therein. **Policy Sciences**, v. 21, p. 129-168, 1988.

SABATIER, P. A. Top-down and bottom-up approaches to implement research: a critical analysis and suggested synthesis. **Jornal of Public Policy**, v. 6, n. 1, p. 21-48, 1986.

SANTOS, C. L. et al. Health councils and dissemination of SUS management instruments: an analysis of portals in Brazilian capitals. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4389-4399, 2020.

SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil**: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. UNICAMP; NEPP: 2000. Disponível em: https://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_22.pdf. Acesso em 01 jul 2020.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos concretos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SMITS, P. et al. Implementing public policy in a non-directive manner: capacities from an intermediary organization. **Canadian Journal of Public Health**, v. 111, n. 1, p. 72-79, 2020.

WILEY, Kimberly; BERRY, Frances. Compassionate bureaucracy: Assuming the administrative burden of policy implementation. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 47, n. 4_suppl, p. 55S-75S, 2018.

WILLIAMS, Mark K.; GREEN, Alex; KIM, Ella. Municipal leadership of climate adaptation negotiations: Effective tools and strategies in Houston and Fort Lauderdale. **Negotiation Journal**, v. 33, n. 1, p. 5-23, 2017.

WIMMELMANN, Camilla L.; VALLGÅRDA, Signild; JENSEN, Anja MB. Meet the local policy workers: Implementation of health promotion guidelines in Denmark. **Public Policy and Administration**, v. 33, n. 1, p. 66-87, 2018.

YANG, Chengwei; TANG, Yan. Deviations from China's School Football Policies during the Implementation Process: Signs, Causes, and Countermeasures. **The International Journal of the History of Sport**, v. 34, n. 17-18, p. 1933-1949, 2017.

ZHANG, Hong-Li et al. A Public Psychological Pressure Index for Social Networks. **IEEE Access**, v. 8, p. 23457-23469, 2020.